



Novo programa de Direitos Humanos

- **COTAS:** O governo vai reservar, em todo o serviço público federal, 20% das vagas para negros, 20% para mulheres e 5% para deficientes físicos. Os mesmos percentuais deverão ser respeitados no preenchimento de cargos de confiança (que não precisam de concurso público) e nas empresas terceirizadas. Além disso, a contratação de negros, mulheres e deficientes por empresas privadas passa a ser critério de desempate em licitações públicas. Empresas que os empregarem terão mais chances de vencer uma concorrência.
- **HOMOSSEXUAIS:** O plano vai dar apoio ao projeto que reconhece a união civil entre homossexuais, à mudança do registro civil para os transexuais e à exclusão do Código Penal Militar da expressão "pederastia" — crime que hoje pode levar à expulsão das Forças Armadas.
- **ALIMENTAÇÃO:** Será criado o Conselho Nacional de Direito à Alimentação, que apoiará programas de aleitamento materno, medidas para erradicar a desnutrição infantil e proporá redução da carga tributária sobre produtos alimentares essenciais.
- **SAÚDE, PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA:** O plano trata o aborto como caso de saúde pública e garante o acesso a esse serviço na rede pública, nos casos previstos em lei. Defende ainda o apoio a programas para proteção da saúde de profissionais do sexo.
- **DIREITO À VIDA:** Apoio a programas de combate à agressão a grupos homossexuais; defesa da implantação nas academias de polícia de um programa de formação em direitos humanos; a criação da Ouvidoria da Polícia Federal.
- **MULHERES:** Será incentivada a geração de estatísticas sobre salários, jornada de trabalho, ambientes de trabalho e direitos trabalhistas. O plano defende medidas para impedir o uso da tese de "legítima defesa da honra" como atenuante em casos de homicídio.
- **IDOSOS:** Será criado o Conselho Nacional dos Direitos do Idoso. Será estimulada a criação do "disque-idoso".
- **POVOS INDÍGENAS:** O plano vai apoiar a aprovação do Estatuto das Sociedades Indígenas, no Congresso há dez anos.
- **ESTRANGEIROS:** O plano defende uma nova lei de imigração e naturalização, regulando a situação dos estrangeiros.
- **CIGANOS:** Propõe estimular as comunidades ciganas a registrar o nascimento dos filhos.